

# Projecto de Lei n.º 518/X

19

Iniciativa: SENHOR DEPUTADO ALBERTO MARTINS E OUTROS.

Partido: SOCIALISTA PS.

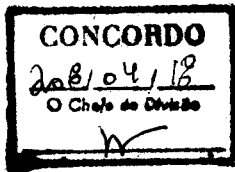
Assunto: ALTERAÇÃO DO REGIME REMUNERATORIO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA	
Divisão de Apoio às Comissões	
CACDLG	
N.º Único	258 832
Entrada/Saida n.º	468 Data 24/04/2008

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA  
D.A. PLEN.

X LEGISLATURA (2005/2009)

35 SESSÃO LEGISLATIVA



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA  
DIRECÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO E SECRETARIADO  
DIVISÃO DE APOIO AO PLENÁRIO

**INFORMAÇÃO N.º 195/DAPLEN/2008-NA**

**Assunto:** Projecto de Lei n.º 518/X (PS)

Oito Deputados pertencentes ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista tomaram a iniciativa de apresentar à Assembleia da República um Projecto de Lei sobre:

**Alteração do regime remuneratório do Presidente da República.**

Esta apresentação cumpre os requisitos formais de admissibilidade.

D.A.Plen., 2008-04-17

O TÉCNICO JURISTA,

(António Santos)

Entrado na Mesa às 17 H 40  
Distribuiu-se e Publicou-se  
Data 08/04/16  
O Secretário da Mesa



✓ ADMITIDO. NUMERE-SE  
E PUBLIQUE-SE.

Baixa à 1.ª Comissão

18/4/08

O PRESIDENTE,

ANUNCIADO

08, 04, 23

O Deputado Secretário da Mesa

Projecto de Lei n.º 518/X/3.ª

**Alteração do Regime remuneratório do Presidente da República**

### Exposição de motivos

Na sequência da reforma global do estatuto remuneratório dos titulares de cargos políticos, operada pela Lei n.º 52-A/2005, de 10 de Outubro, introduziu-se uma série de mecanismos destinados a regular as situações de acumulação de remunerações devidas aos titulares de cargos políticos que fossem já titulares de pensões de reforma ou aposentação. As especificidades da função presidencial e a existência de um regime remuneratório próprio para o Presidente da República, o da Lei n.º 26/84, de 31 de Julho, distinto dos demais titulares de cargos políticos, justificaram a remissão para momento próprio da adaptação das remunerações presidenciais à nova regulação.

Diferentemente do que sucedeu em relação aos demais titulares de cargos políticos, subsiste o entendimento que aponta para o reconhecimento da necessidade de manutenção da subvenção atribuída aos antigos titulares do cargo de Presidente da República. Tal opção legislativa deriva quer da dignidade das funções presidenciais exercidas, quer da manutenção de um vínculo permanente entre os antigos titulares e a República Portuguesa, através da sua qualidade de membro do Conselho de Estado, e representa uma solução com ampla difusão em sistemas político-constitucionais comparados. Assim sendo, cumpre adoptar o normativo de 1984 às regras gerais sobre cumulação de pensões, admitindo essa possibilidade, ainda que com um regime distinto daquele aplicável aos restantes titulares de cargos políticos.



Assim, nos termos constitucionais, legais e regimentais aplicáveis, os Deputados do Partido Socialista abaixo-assinados apresentam o seguinte projecto de lei:

**Artigo 1.º**

**(Alteração à Lei n.º 26/84, de 31 de Julho)**

É alterado o artigo 5.º da Lei n.º 26/84, de 31 de Julho, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 102/88, de 25 de Agosto, que passa a ter a seguinte redacção:

“Artigo 5.º

As subvenções previstas nos artigos anteriores são cumuláveis com as pensões de aposentação, reforma ou sobrevivência que os titulares do direito àquelas auferam do Estado.”

**Artigo 2.º**

**(Entrada em vigor)**

A presente lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Palácio de São Bento, 16 de Abril de 2008

Os Deputados,

Manoel de Barros Carneiro

José Carlos de Almeida  
Felicidade de Almeida  
Manoel de Barros Carneiro

|||/|||

Os Deputados Cristóvão